

## **Comissão Especializada Permanente**

### **Saúde, habitação e Ação Social**

#### **5ª Comissão**

#### **ATA N.º 42/XIII-4º/2024-25**

1 - Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 17H000, na sede da Assembleia Municipal de Almada, realizou-se a quadragésima segunda reunião da Comissão Especializada Permanente de Saúde, Habitação e Ação Social

2 - Verificou-se a presença dos seguintes eleitos:

-Ana Luisa Rodrigues, Maria de Assis, Ana Paula Silva, Maria Rita Magalhães, João Geraldes, José Rocha, Sónia Faria, Henrique Margarido, José Joaquim Leitão e José Ricardo Martins.

Estiveram presentes na reunião em representação da Câmara Municipal de Almada, a vereadora Teodolinda Silveira e o diretor municipal Mário D'ávila.

A presidente da comissão, Ana Luisa Rodrigues, iniciou a sua intervenção cumprimentando e agradecendo a presença dos membros do executivo, colocando de seguida a questão sobre a melhor metodologia a ser adotada para a ordem de trabalhos, sobre a transferência de competências para o setor da ação social. Optou-se por um intróito inicial, com uma apresentação dos responsáveis camarários, disponibilizando um conjunto de informações sobre o tema. A esta apresentação seguir-se-iam, então, as questões dos deputados.

A vereadora Teodolinda Silveira iniciou sua intervenção mencionando a reunião com a comissão no dia 3 de outubro de 2024, esteve reunida com a comissão onde foram debatidas e esclarecidas questões relacionadas com os setores da saúde e da ação social. Durante o encontro, diz que não houve alterações substanciais desde essa reunião, exceto pela renovação de protocolos por mais um ano, um procedimento comum de ajustes que foram devidamente aprovados, no valor de 1.750.000 euros. A vereadora acrescentou que são procedimentos normais de gestão de processos e recursos humanos, e que, para além disso, pouco mais poderia ser acrescentado relativamente ao que foi dito na reunião de Outubro.

Há situações que vão surgindo e que é preciso resolver, como foi o caso do apoio a seis famílias na Costa de Caparica, que tiveram de sair das suas casas, devido aos danos causados pelos fortes temporais na região. Nesse contexto, a vereadora mencionou um melhorias significativas no apoio direto de primeira linha, implementado há cerca de dois anos. refere também a melhoria no atendimento, com mais de 7.000 famílias atendidas em 2024, destacando a área da habitação.

A vereadora informou ainda que, até o momento, foram emitidas 328 ações de despejo, das quais 183 foram efetivamente realizadas. Embora o programa de apoio ao pagamento de rendas seja uma alternativa importante, reconhece que é difícil encontrar soluções habitacionais. No entanto, há diversos tipos de apoio económico, incluindo auxílios eventuais e complementares, bem como um fundo de emergência.

acrescenta a vereadora que há um déficit de 95.000 euros entre a receita e a despesa, explicando que essa diferença se deve, principalmente, aos apoios eventuais concedidos. solicitando a palavra para uma breve intervenção, o deputado Zé Ricardo destacou a ação da Câmara Municipal de Almada no apoio às famílias da Costa da Caparica, elogiando o apoio

concedido para o pagamento de rendas, tendo em conta que as famílias não se enquadraram nos critérios para o apoio à habitação.

O deputado João Geraldês, solicitando a palavra, iniciou colocando algumas questões importantes:

Em relação ao déficit, há alguma previsão de que a Câmara seja ressarcida de alguma forma? Quanto ao aumento no número de famílias atendidas em 2024, que foi superior ao ano anterior, quantas famílias foram atendidas no período anterior?

Por fim, a senhora Vereadora considera razoável a alocação de 22% para apoio?

Relativamente ao atendimento das famílias no período anterior a 2024, o diretor municipal Mário D'Ávila esclarece que o número variou entre cinco e seis mil, acrescentando que o rácio atual é excessivamente elevado para o número de técnicos disponíveis, referindo a necessidade de mais recursos humanos. Atualmente, cada um dos 21 técnicos é responsável por um universo superior a 250 famílias.

As famílias com crianças que recebem apoio da câmara são acompanhadas por técnicos municipais, como forma de garantir um suporte mais adequado às necessidades das crianças. Embora concordando com a medida, a escassez de recursos humanos não permite que a câmara assuma completamente essa responsabilidade. Para um acompanhamento mais equilibrado, seriam necessários, pelo menos, mais cinco técnicos, concluindo esta sua intervenção afirmando que são dificuldades que afetam todos os municípios.

Relativamente aos protocolos com as várias entidades, a presidente da comissão, Luisa Rodrigues, questiona se todas assumiram o que já tinham ou se houve entretanto alguma alteração.

Em resposta à questão, a vereadora Teodolinda diz que se tratou de um prolongamento da continuidade, com alguns ajustes, são questões que envolvem recursos humanos e a coordenação entre os técnicos., mencionado também os encontros com outras entidades no contexto da transferência de competências, visando à colaboração nos procedimentos dos diferentes casos e à busca de consensos para estabelecer uma prática comum

Ana Luisa Rodrigues, refere as dificuldades que os utentes encontram para aceder à nova plataforma do programa habit Almada.

Mário D'Ávila inicia a sua intervenção destacando que, apesar das dificuldades, conseguiram manter 18 ajudantes de ação direta. No que se refere às candidaturas ao programa Habit Almada, refere que é um processo em evolução, com a digitalização e a implementação de um sistema que visa a uniformização de todos os processos.

Maria de Assis manifestou, na sua intervenção, concordância com os critérios definidos para a atribuição de habitação, salientando contudo, que a nova plataforma trouxe muitas dificuldades de acesso a mais de noventa por cento dos utentes, acrescidas pela obrigatoriedade de renovação anual do processo.

Mário D'Ávila assegura que as melhorias são significativas, desde logo com a abertura do Espaço Cidadão, que garante uma resposta de maior proximidade. Reconhece que a crise habitacional é uma realidade, mas sublinha que estão a ser criados os mecanismos necessários para uma recuperação gradual, destacando, nesse sentido, o realojamento do Bairro do Lelo no parque habitacional.

Ana Luisa Rodrigues, relativamente à situação de emergência dos sem abrigo, coloca a questão sobre que perspectivas em termos de estratégias para ultrapassar as dificuldades enfrentadas por estas pessoas.

A vereadora Teodolinda, respondendo à questão, afirmou que a Câmara tem procurado soluções de acolhimento para estas pessoas em situação de vulnerabilidade. Reconhecendo que os espaços disponíveis estão frequentemente ocupados, sublinha que isso não impede o acolhimento de quem precise e queira, salientando também a recusa de algumas pessoas nesta situação de permanecer nos locais disponibilizados pela autarquia.

Mário D'Avila destaca a importância do fundo permanente destinado às várias entidades, que facilita a resposta a situações de urgência. Refere ainda que, em 2024, foram sinalizadas 251 pessoas em situação de sem-abrigo, sublinhando que existem equipas de apoio no terreno, em ação todos os dias da semana. No que diz respeito à habitação, menciona a existência de bolsas de emergência e assegura que as dificuldades burocráticas estão a ser ultrapassadas, com vista a reforçar a capacidade de resposta perante estas situações.

A deputada Sônia Silva questiona se, face ao crescente problema na área da saúde mental, existem protocolos estabelecidos com clínicas especializadas, de forma a garantir um apoio mais eficaz e acessível.

Em resposta à questão colocada, Mário D'Avila referiu que existe uma articulação com o serviço de psiquiatria do Hospital. Destacou ainda que, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi criada em 2024 uma Equipa Comunitária de Saúde Mental no concelho, um problema com uma maior concentração na União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade e Cacilhas.

Acrescentou que estão a trabalhar no sentido de garantir respostas mais diretas, nomeadamente através da implementação de um serviço domiciliário em saúde mental, com o objetivo de evitar internamentos sempre que possível. Foi também mencionada a abertura de um apartamento destinado a oferecer apoio com supervisão técnica e promover uma residência de vida autónoma para pessoas com perturbações mentais. Por fim, Mário D'Avila salientou que o projeto GIRA dispõe de financiamento para assegurar estas respostas.

Não havendo mais questões a colocar pelos presentes, a presidente da comissão Ana Luisa Rodrigues dá por encerrada a reunião.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**

**Assembleia Municipal**

8 - Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada.

9 – Resultado da votação da Ata:

A Favor: 10

Contra: 0

Abstenção: 0

10 - Por ser verdade se elaborou a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da Comissão.

Almada, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

O Presidente da Comissão

---

O Secretário da Comissão